

1. Facto Determinante da Declaração

Cargo/função

Secretário de Estado da Conservação da Natureza e Florestas

 Início de funções em / recondução / reeleição

2022-03-30

(aaaa-mm-dd, aaaa-mm, aaaa)

 Cessação de funções

2022-03-29

(aaaa-mm-dd, aaaa-mm, aaaa)

 Alteração em

(aaaa-mm-dd, aaaa-mm, aaaa)

*assinalar qual o facto que determina a apresentação de declaração (início/cessação/alteração)

2. Dados Pessoais

Elementos obrigatórios

Nome completo

João Paulo Marçal Lopes Catarino

Estado Civil:

Casado

(se casado, indicar nome completo do cônjuge e o regime de bens; se em união de facto indicar o nome do unido(a)).

Cônjuge / Unido(a) de facto:

Maria da Conceição Pires Mendes Catarino

Regime de bens:

Comunhão de adquiridos

3. Registo de Interesses**Dados Relativos a cargos/funções/atividades ¹****Exercidos nos últimos três anos**

Cargos/funções/atividade	Entidade	Data de Início	Data de Termo
Secretário de Estado da Conservação da Natureza, das Florestas e do Ordenamento do Território	XXII Governo Constitucional	26-10-2019	29-03-2022
Secretário de Estado da Valorização do Interior	XXI Governo Constitucional	17-10-2018	25-10-2019
Coordenador da Unidade de Missão para a Valorização do Interior	XXI Governo Constitucional	18-07-2017	16-10-2018
Membro do Conselho Geral (cooptado)	Universidade da Beira Interior	06-03-2017	20-02-2020
		(+)	(-)

A exercer em acumulação com cargo político/alto cargo público

Cargos/funções/atividade	Entidade	Data de Início	Data de Termo
Presidente da Assembleia Municipal de Proença-a-Nova	Município de Proença-a-Nova	10-10-2017	--
		(+)	(-)

A Exercer até três anos após cessação de funções

Cargos/funções/atividade	Entidade	Data de Início	Data de Termo
		(+)	(-)

Cargos Sociais ²

Exercidos nos últimos três anos

Cargo	Entidade	Natureza e área de actividade	Local da Sede
		(+)	(-)

Em acumulação com cargo político/alto cargo público

Cargos	Entidade	Natureza e área de actividade	Local da Sede
		(+)	(-)

A exercer até três anos após a cessação de funções

Cargos	Entidade	Natureza e área de actividade	Local da Sede
		(+)	(-)

Apoios ou benefícios³

Senhas de presença decorrentes das funções como Presidente da Assembleia Municipal de Proença-a-Nova, nos termos do Estatuto dos Eleitos Locais, às quais renunciou.

Serviços prestados⁴

Nada a declarar.

Sociedades⁵

Entidade	Área de atividade	Local da sede	Participação Social
Farcat - Construções, Lda.	construção civil	Proença-a-Nova	12.469,95 € (50%)
Casa Agrícola Acácio Lopes Catarino, Lda.	produção e comercialização de produtos agrícolas	Proença-a-Nova	2.500,00 € (25%)
TrafaTejo - Construções, Lda.	construção civil	Proença-a-Nova	10.000,00 € (50%)
Aeroflora, Lda. (participação do cônjuge)	agricultura	Proença-a-Nova	5.486,78 € (55%)
		(+)	(-)

Outras Situações⁶

Nada a declarar.

¹ Considera-se integrada nesta rubrica toda e qualquer atividade pública ou privada que o/a declarante exerça, ou tenha exercido nos últimos três anos, incluindo atividade comerciais ou empresariais, profissão liberal e o desempenho de funções eletivas ou de nomeação.

² Nesta rubrica deve constar o desempenho de cargos sociais que o declarante exerça, ou tenha exercido nos últimos três anos, designadamente a discriminação dos cargos de administrador, gerente, gestor, diretor, membro de comissão administrativa, conselho fiscal e comissão de fiscalização, membro de mesa de mesa de assembleia geral ou de órgãos ou cargos análogos, de quaisquer sociedades comerciais, civis sob forma comercial, cooperativas ou públicas e também de associações, fundações, instituições particulares de solidariedade social, misericórdias e semelhantes, tanto nacionais como estrangeiras.

³ Nesta rubrica deve-se discriminar-se todos e quaisquer apoios financeiros ou materiais recebidos para o exercício das atividade, inclusivamente de entidades estrangeiras.

⁴ Consideram-se abrangidas nesta rubrica as entidades, e respetiva área de atividade, a quem o/a declarante preste pessoalmente serviços remunerados de qualquer natureza com caráter de permanência ou mesmo pontualmente desde que suscetíveis de gerarem conflitos de interesses. Quando tais serviços sejam prestados no exercício de atividades sujeitas a sigilo profissional, o/a declarante obterá o consentimento da entidade a quem esse serviço é prestado para a identificar.

⁵ Desta rubrica deve constar a identificação das sociedades em cujo capital o/a declarante por si, pelo cônjuge ou unido de facto, disponha de capital e também a quantificação dessa participação.

⁶ Não sendo a Lei não taxativa na enumeração das situações a registar, desta rubrica devem constar quaisquer outras que não se integrem nas anteriores.

Assinatura digital